REPÚBLICA PORTUGUESA | EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

PROJETO EDUCATIVO
2026/2029

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
DR. CORREIA MATEUS

Valorizar a Escola

Valorizar as Pessoas

Valorizar-se a si mesmo

Siglas e acrónimos

AECM	Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus
BE	Biblioteca Escolar
CAA	Centro de Apoio à Aprendizagem
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Recursos para a Inclusão
DUA	Desenho Universal para a Aprendizagem
EMAEI	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
IA	Inteligência Artificial
ModA	Provas de Monitorização da Aprendizagem
PAA	Plano Anual de Atividades
PE	Projeto Educativo
PEI	Programa Educativo Individual
PES	Promoção e Educação para a Saúde
PIT	Plano Individual de Transição
PLNM	Português Língua Não Materna
RTP	Relatório Técnico-Pedagógico
SPO	Serviços de Psicologia e Orientação

Índice

1. Enquadramento e natureza do Projeto Educativo 4
2. Identidade do Agrupamento 4
2.1. Quem somos 4
2.2. Evolução da população escolar 6
2.3. Oferta educativa e respostas 7
3. Caracterização e diagnóstico estratégico 7
3.1. Transformações do contexto 7
3.2. Pontos fortes 8
3.3. Áreas de melhoria e constrangimentos 8
4. Princípios, valores, visão e missão 9
4.1. Princípios 9
4.2. Valores 9
4.3. Visão 9
4.4. Missão 10
4.4.1. Valorizar A Escola 10
4.4.2. Valorizar As Pessoas 10
4.4.3. Valorizar-Se A Si Mesmo 11
5. Eixos prioritários de intervenção 12
6. Objetivos, estratégias, metas e indicadores 13
Eixo 1 — Sucesso, qualidade das aprendizagens e equidade 13
Eixo 2 — Inclusão, interculturalidade, bem-estar e desenvolvimento integral 14
Eixo 3 — Convivência, participação e continuidade dos percursos 14
Eixo 4 — Organização, comunidade, recursos e sustentabilidade 15
7. Organização curricular e pedagógica 16
8. Inclusão, interculturalidade e Português Língua Não Materna 17
8.1. Modelo de acolhimento 17
8.2. Educação inclusiva 17
9. Bem-estar, convivência e participação 18
10. Comunidade, parcerias e território 18
11. Recursos, instalações, digitalização e sustentabilidade 18
12. Monitorização, avaliação e revisão 19
12.1. Painel mínimo de indicadores 19
13. Conclusão 21
Referenciais legais e estratégicos 22

1. Enquadramento e natureza do Projeto Educativo

O Projeto Educativo é o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus (Agrupamento), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, explicitando os princípios, os valores, as metas e as estratégias, através dos quais, se propõe cumprir a sua função educativa (artigo 9.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação em vigor). Constitui o referencial de coerência dos restantes instrumentos de autonomia, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Atividades e o Orçamento, bem como dos planos de ação e dos instrumentos de prestação de contas, designadamente o Relatório Anual de Atividades e o Relatório de Autoavaliação.

Este Projeto Educativo assume uma lógica de continuidade com inovação: mantém as prioridades estruturantes do projeto anterior - sucesso educativo, desenvolvimento integral, prevenção do abandono, convivência e ligação à comunidade - e adequa-as a uma realidade escolar mais numerosa, multicultural, exigente e complexa. Neste quadro, o presente Projeto Educativo assume como referenciais transversais:

- centralidade das aprendizagens e do desenvolvimento integral de cada criança e aluno;
- equidade, inclusão e resposta à diversidade;
- valorização da língua portuguesa e reconhecimento da diversidade linguística e cultural;
- participação responsável, cidadania democrática e convivência positiva;
- articulação curricular, trabalho colaborativo e inovação pedagógica;
- bem-estar, segurança, saúde e sustentabilidade;
- parceria com famílias, Município, instituições e comunidade;
- monitorização baseada em evidências e melhoria contínua.

2. Identidade do Agrupamento

2.1. Quem somos

O Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus, criado em 2008 e sediado em Leiria, integra estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, servindo comunidades de contextos urbano, rururbano e rural. A sua área de influência abrange os territórios da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e da Freguesia de Arrabal.

Jardim / Escola	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		TOTAL		ASE
	Crianças	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	
JI de Campo Amarelo	25	1							25	1	2
JI de Soutocico	22	1							22	1	10
JI de Casal dos Matos	21	1							21	1	3
JI de Pousos	50	2							50	2	17
EB1 e JI de Andrinos	21	1	98	4					119	5	44
EB1 e JI de Vidigal	24	1	50	2					74	3	31
EB1 de Arrabal			93	4					93	4	25
EB1 de Courelas			97	4					97	4	24
EB1 de Touria			93	4					93	4	7
EB 1,2,3 Dr. Correia Mateus	67	3	96	4	300	12	427	18	890	37	270
TOTAIS	**230**	**10**	**527**	**22**	**300**	**12**	**427**	**18**	**1484**	**62**	**433**

Quadro 1 – Alunos matriculados no ano letivo 2025/2026

A diversidade territorial, social, cultural e linguística constitui hoje uma das marcas mais relevantes do Agrupamento. Esta diversidade representa simultaneamente um desafio organizacional e pedagógico e uma oportunidade educativa, devendo ser transformada num recurso para a aprendizagem, a cidadania, a convivência e a formação integral.

Relativamente ao corpo docente, no ano letivo 2025/2026, exerciam funções 127 docentes, não considerando outros docentes que se encontravam de baixa médica ou com redução da componente letiva no âmbito da Medicina no Trabalho. Habitualmente, a substituição de docentes tem sido concretizada sem dificuldades, pelo que não se verificam turmas sem aulas em períodos prolongados. O Corpo docente apresenta uma média de idades de 55 anos, com estabilidade na ordem dos 81%.

De acordo com a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, na sua redação atual, que estabelece os critérios e a fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, o Agrupamento tem uma dotação de referência de 55 trabalhadores não docentes, dos quais 47 assistentes operacionais e 8 assistentes técnicos.

Com a transferência de competências da Administração Central para os municípios, enquadrada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e concretizada, no domínio da educação, pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a responsabilidade pelo recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente passou para a esfera municipal, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas aos diretores dos agrupamentos de escolas. Desde a implementação deste processo de

descentralização, a afetação de recursos humanos ao Agrupamento atravessou diferentes fases, nem sempre correspondendo às necessidades identificadas para assegurar o seu normal funcionamento. Contudo, no final do ano letivo de 2025/2026, a dotação de pessoal não docente encontrava-se em conformidade com os rácios legalmente estabelecidos.

Importa, ainda assim, salientar que o cumprimento dos rácios constitui uma referência quantitativa que não dispensa uma avaliação permanente das necessidades efetivas do Agrupamento, atendendo à dispersão dos estabelecimentos de educação e ensino, ao crescimento da população escolar, à diversidade sociocultural dos alunos e às exigências acrescidas decorrentes da promoção de uma escola inclusiva.

Nível	Turmas	Docentes	Assistentes Operacionais	Assistentes Técnicos
Pré-Escolar	10	11	10	8
1º Ciclo	22	29	14	
2º Ciclo	12	27	24	
3º Ciclo	18	47		
Ed. Especial	---	12		
TOTAIS	62	127	48 (47)	8

Quadro 2 – Pessoal Docente e Não Docente no ano letivo 2025/2026

2.2. Evolução da população escolar

Desde a criação do Agrupamento, a população escolar registou um crescimento muito expressivo. De 999 alunos no ano letivo 2008/2009, passou para 1293 no ano letivo 2018/2019 e para 1484 no ano letivo 2025/2026. Este crescimento, superior a 49% face a 2008, alterou de forma estrutural as necessidades de organização, espaços, recursos humanos, apoios e respostas educativas.

Indicador	2008/2009	2018/2019	2025/2026
População escolar	999	1293	1484
Alunos estrangeiros	91 (9,11%)	124 (9,59%)	430 (28,98%)
Países representados	14	15	28

Quadro 3 - Evolução da população escolar

No ano letivo 2025/2026, 430 alunos eram estrangeiros, correspondendo a 28,97% da população escolar, provenientes de 28 países. A evolução face a 2018/2019, período desde o qual o número de alunos estrangeiros quase quadruplicou, é particularmente significativa e exige uma estratégia sistemática de acolhimento, integração, aprendizagem do português, comunicação com famílias e valorização da interculturalidade.

2.3. Oferta educativa e respostas

O Agrupamento assegura educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico, articulando a oferta curricular com respostas de apoio à aprendizagem e à inclusão, serviços técnico-pedagógicos, biblioteca escolar, desporto escolar, projetos de cidadania, saúde, cultura, ciência, artes, tecnologias e outras iniciativas de enriquecimento. Em parceria com estabelecimentos de ensino artístico especializado, disponibiliza igualmente o Ensino Articulado da Música e da Dança, permitindo aos alunos conciliar a formação geral com uma formação artística especializada, valorizando as suas aptidões e interesses e contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Mantém uma resposta especializada a alunos com necessidades de suporte à aprendizagem e à inclusão, incluindo recursos de Educação Especial, Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), parcerias com o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) e recursos diferenciadores, designadamente a sala Snoezelen.

3. Caracterização e diagnóstico estratégico

3.1. Transformações do contexto

- Crescimento continuado da população escolar e pressão sobre a capacidade instalada, sobretudo na escola-sede.
- Aumento acentuado do número de alunos provenientes de outros países e com diferentes repertórios linguísticos e percursos escolares.
- Maior diversidade de contextos familiares, sociais e económicos e necessidade de respostas de proximidade.
- Reforço das necessidades de suporte à aprendizagem e à inclusão; em 2025/2026, existiam 125 crianças/alunos com Relatório Técnico-Pedagógico, com necessidades acrescidas de organização pedagógica e, nos casos em que o relatório o prevê, de constituição de turmas com número reduzido de alunos.
- Necessidade de reforçar competências de Português como língua de escolarização, em articulação com PLNM e medidas de integração progressiva no currículo.
- Crescente importância do bem-estar, da saúde mental, da convivência, da prevenção da violência e da participação dos alunos.
- Necessidade de modernização tecnológica, desenvolvimento das literacias digitais e utilização responsável da tecnologia.

- Impacto das alterações climáticas no conforto térmico, na segurança e na adequação dos edifícios escolares.
- Novo quadro de articulação com o Município no âmbito das competências descentralizadas na educação.

3.2. Pontos fortes

- Identidade institucional consolidada e reconhecimento do Agrupamento na comunidade.
- Crescimento da procura e capacidade de atração de alunos.
- Cultura de inclusão e existência de respostas especializadas.
- Experiência de acolhimento e integração de alunos estrangeiros.
- Serviços técnico-pedagógicos e recursos de apoio diversificados.
- Rede de parcerias com Município, saúde, CERCILEI, instituições sociais, culturais, científicas e desportivas.
- Biblioteca Escolar, Desporto Escolar, projetos e clubes como recursos de enriquecimento curricular.
- Experiência de monitorização, autoavaliação e definição de indicadores.
- Envolvimento das associações de pais e parceiros locais.

3.3. Áreas de melhoria e constrangimentos

- Capacidade física insuficiente face ao número de turmas e alunos; na escola-sede foram identificadas seis turmas acima da capacidade estrutural.
- Necessidade de reforçar recursos humanos docentes, técnicos e não docentes em função da dimensão e complexidade atuais.
- Desigualdade no domínio da língua portuguesa entre alunos recém-chegados e consequente impacto no acesso ao currículo.
- Necessidade de aprofundar a diferenciação pedagógica e a avaliação formativa.
- Necessidade de respostas mais consistentes para alunos em situação de vulnerabilidade social, emocional ou comportamental.
- Pressão acrescida sobre refeitórios, espaços de recreio, salas específicas, equipamentos e serviços.
- Necessidade de melhorar o conforto térmico e a resiliência das instalações.
- Participação das famílias desigual, incluindo barreiras linguísticas e culturais.
- Necessidade de simplificar instrumentos de monitorização e transformar dados em decisões pedagógicas.

4. Princípios, valores, visão e missão

4.1. Princípios

- Humanismo e centralidade da pessoa
- Equidade e inclusão
- Qualidade e exigência
- Responsabilidade e autonomia
- Participação e democracia
- Interculturalidade e respeito pela diversidade
- Cooperação e solidariedade
- Sustentabilidade
- Inovação e melhoria contínua

4.2. Valores

Respeito, responsabilidade, liberdade, justiça, solidariedade, integridade, participação, tolerância, curiosidade, criatividade, rigor, trabalho e compromisso.

4.3. Visão

Afirmar o Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus como uma instituição educativa de referência, reconhecida pela qualidade das aprendizagens, pela inovação pedagógica, pela inclusão e valorização de cada pessoa e pela forte ligação às famílias e à comunidade.

Um Agrupamento que reconheça a diversidade cultural como uma riqueza, promova a igualdade de oportunidades, o respeito mútuo e a convivência intercultural, proporcionando a todas as crianças e jovens as condições necessárias para desenvolverem plenamente as suas capacidades e construírem percursos de sucesso educativo e de realização pessoal.

Um Agrupamento onde a exigência e a excelência educativa caminhem lado a lado com o bem-estar e a felicidade, formando cidadãos autónomos, competentes, responsáveis, solidários e preparados para enfrentar os desafios do futuro e aprender ao longo da vida.

Porque educar é mais do que transmitir conhecimentos e alcançar bons resultados académicos: é criar oportunidades, desenvolver o potencial de cada aluno e, acima de tudo, contribuir para que cresça, se realize e seja feliz.

4.4. Missão

A missão histórica do Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus mantém-se plenamente atual, assumindo uma renovada importância perante os desafios educativos, sociais e culturais que caracterizam a nossa comunidade escolar.

Assente numa conceção humanista, inclusiva e exigente da educação, esta missão traduz-se no compromisso de proporcionar a todas as crianças e jovens aprendizagens de qualidade, igualdade de oportunidades e condições para o seu desenvolvimento integral, preparando-os para o exercício de uma cidadania ativa, consciente e responsável.

A concretização desta missão organiza-se em torno de três princípios fundamentais e complementares: Valorizar a Escola, Valorizar as Pessoas e Valorizar-se a Si Mesmo, que traduzem a identidade do Agrupamento e orientam a sua ação educativa.

4.4.1. Valorizar A Escola

Valorizar a Escola significa afirmar o Agrupamento como uma instituição educativa de referência, reconhecida pela qualidade das aprendizagens, pela exigência, pela inovação pedagógica e pela capacidade de responder aos desafios de uma sociedade em permanente transformação.

Implica promover uma cultura de melhoria contínua, assente no trabalho colaborativo, na responsabilidade partilhada e na procura de respostas educativas que permitam a todos os alunos alcançar os melhores resultados possíveis, respeitando os seus diferentes ritmos, capacidades e necessidades.

Significa, igualmente, fortalecer a identidade e o sentimento de pertença ao Agrupamento, valorizar o seu percurso e a sua história, promover a participação da comunidade educativa e consolidar relações de proximidade e cooperação com as famílias e com as instituições parceiras.

Valorizar a Escola é, acima de tudo, construir um Agrupamento de qualidade, inclusivo, exigente e inovador, onde todos se reconheçam como parte de um projeto educativo comum e se sintam corresponsáveis pelo seu sucesso.

4.4.2. Valorizar As Pessoas

Valorizar as Pessoas significa reconhecer que cada elemento da comunidade educativa é essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, participativa e humanista.

Implica acolher e respeitar a diversidade individual, social, cultural e linguística, reconhecendo as diferenças como uma riqueza e promovendo a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a tolerância, a entreajuda e o respeito mútuo.

Significa, também, valorizar os profissionais do Agrupamento, reconhecer as suas competências, incentivar o seu desenvolvimento pessoal e profissional e criar condições para o exercício das suas funções num ambiente de confiança, cooperação e bem-estar.

A valorização das pessoas exige, ainda, o envolvimento das famílias, a escuta ativa, o diálogo e a construção de relações humanas positivas, fundamentais para um ambiente escolar seguro, acolhedor e estimulante.

Valorizar as Pessoas é reconhecer que a qualidade de uma escola depende, em grande medida, da forma como acolhe, respeita, envolve e cuida de todos os que nela aprendem, ensinam e trabalham.

4.4.3. Valorizar-Se A Si Mesmo

Valorizar-se a Si Mesmo significa reconhecer e promover o valor de cada pessoa que integra a comunidade educativa, criando condições para o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional, para o reconhecimento das suas capacidades e para a construção de percursos de vida marcados pela confiança, pela autonomia, pela responsabilidade e pela realização pessoal.

No que respeita aos alunos, esta dimensão da missão do Agrupamento traduz-se na sua valorização enquanto protagonistas do processo educativo, proporcionando-lhes oportunidades para descobrir as suas capacidades, desenvolver os seus talentos, reconhecer o seu potencial e construir, com confiança e autonomia, o seu percurso de vida.

Esta valorização ultrapassa a aquisição de conhecimentos e o sucesso académico, abrangendo igualmente o desenvolvimento pessoal, social e emocional, a autoestima, o sentido de responsabilidade, a capacidade de tomar decisões e o respeito por si próprio e pelos outros. Implica criar condições para que cada criança e jovem supere dificuldades, estabeleça relações positivas, desenvolva competências para enfrentar os desafios do futuro e adquira a capacidade de continuar a aprender ao longo da vida.

Relativamente aos docentes, Valorizar-se a Si Mesmo significa reconhecer a importância da sua missão educativa, dignificar a profissão e promover o desenvolvimento e a realização profissional. Pressupõe valorizar as suas competências científicas, pedagógicas e humanas, incentivar a formação contínua, a inovação e a partilha de boas práticas, bem como reconhecer o empenho, a dedicação e o contributo de cada professor para a qualidade das aprendizagens e para o sucesso educativo dos alunos. Implica, igualmente, promover condições de trabalho que favoreçam a autonomia profissional, a motivação, o bem-estar e o sentimento de pertença a uma organização que reconhece e valoriza o papel fundamental dos seus docentes.

No que se refere ao pessoal não docente, esta dimensão da missão assenta no reconhecimento da importância das suas funções para o funcionamento do Agrupamento e para a construção de um ambiente educativo seguro, organizado, acolhedor e inclusivo. Significa dignificar o trabalho

desenvolvido pelos assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, valorizando as suas competências, responsabilidades e contributos para o acompanhamento dos alunos e para a qualidade dos serviços prestados. Pressupõe, também, proporcionar oportunidades de formação e desenvolvimento profissional, incentivar a participação na vida do Agrupamento e promover o reconhecimento, a motivação e a satisfação no exercício das suas funções.

Valorizar-se a Si Mesmo implica, assim, construir uma cultura organizacional assente no respeito mútuo, na confiança, no reconhecimento do mérito, na cooperação e na valorização das capacidades individuais. Uma cultura em que cada pessoa se sinta escutada, respeitada e reconhecida, compreendendo a importância do seu contributo para a concretização da missão coletiva do Agrupamento.

Acima de tudo, significa promover um ambiente educativo e profissional onde alunos, docentes e pessoal não docente encontrem condições para desenvolver as suas potencialidades, fortalecer a autoestima, enfrentar desafios, alcançar objetivos e sentir satisfação e orgulho no seu percurso e no trabalho que realizam.

Valorizar-se a Si Mesmo é ajudar cada aluno a acreditar nas suas capacidades e a construir o seu projeto de vida; é reconhecer e dignificar o trabalho dos docentes, promovendo a sua realização pessoal e profissional; é valorizar o contributo indispensável do pessoal não docente, reconhecendo a importância das suas funções; e é fazer do Agrupamento um espaço onde todos tenham oportunidades para crescer, participar, realizar-se e ser felizes.

5. Eixos prioritários de intervenção

Eixo	Prioridade estratégica
Eixo 1	Promover o sucesso, a qualidade das aprendizagens e a equidade.
Eixo 2	Promover inclusão, interculturalidade, bem-estar e desenvolvimento integral.
Eixo 3	Promover convivência positiva, participação, prevenção do absentismo e continuidade dos percursos.
Eixo 4	Reforçar a organização, as parcerias, os recursos, a sustentabilidade e a melhoria contínua.

6. Objetivos, estratégias, metas e indicadores

Eixo 1 — Sucesso, qualidade das aprendizagens e equidade

Objetivo	Estratégias principais	Metas 2026–2029	Indicadores
1.1 Melhorar o sucesso e a qualidade do sucesso	Articulação vertical e horizontal; trabalho colaborativo; diferenciação pedagógica; avaliação formativa; apoio precoce; valorização de Português, Matemática, Ciências, Artes e literacias.	Taxas de transição/aprovação, por ciclo, não inferiores à linha de base de 2025/2026; reduzir anualmente o número de alunos com insucesso reiterado; definir, no início de cada ano letivo, metas quantificadas por ciclo/disciplina com base na linha de partida.	Taxas de transição/aprovação; qualidade do sucesso; percursos diretos de sucesso; resultados internos e externos (provas ModA e provas finais do 9.º ano); alunos com três ou mais níveis inferiores a 3 (2.º e 3.º ciclos) ou com menção de Insuficiente (1.º ciclo).
1.2 Garantir acesso equitativo ao currículo	Medidas universais, seletivas e adicionais; DUA; coadjuvação; tutorias; apoios; articulação EMAEI/CAA/SPO.	100% dos alunos identificados com resposta educativa definida e monitorizada; redução das barreiras à participação.	N.º de alunos abrangidos; eficácia das medidas; participação; progressos individuais.
1.3 Reforçar literacias	Leitura, informação, media, digital, científica e financeira; Biblioteca Escolar; projetos interdisciplinares.	Todas as turmas envolvidas anualmente em atividades estruturadas de literacia.	N.º de turmas/atividades; utilização da BE; produtos/projetos; participação.
1.4 Consolidar articulação entre ciclos	Reuniões de articulação; transição pré/1.º, 1.º/2.º e 2.º/3.º ciclos; partilha de informação pedagógica relevante.	Realizar pelo menos duas ações formais anuais de articulação nas transições críticas.	N.º de reuniões; ações; avaliação da transição.
1.5 Melhorar as aprendizagens na educação pré-escolar	Trabalho focado na Formação Pessoal e Social e na Expressão e Comunicação; articulação com o 1.º ciclo; envolvimento das famílias; monitorização intercalar por jardim de infância.	Crianças de 5/6 anos que atingem as competências previstas nas OCEPE.	% de crianças que atingem as competências, por área de conteúdo e por jardim de infância.
1.6 Aferir critérios e instrumentos de avaliação	Análise conjunta dos resultados internos e externos nos departamentos; aferição de critérios e instrumentos de avaliação; instrumentos comuns; supervisão pedagógica entre pares.	Diminuir a diferença entre a % de sucesso na classificação interna e na externa a Português e a Matemática no 9.º ano de escolaridade.	Diferença CI–CE em pontos percentuais, por disciplina; médias internas e externas; ações de aferição realizadas.

Eixo 2 — Inclusão, interculturalidade, bem-estar e desenvolvimento integral

Objetivo	Estratégias principais	Metas 2026–2029	Indicadores
2.1 Consolidar uma escola inclusiva	Reforçar EMAEI/CAA; trabalho colaborativo; acessibilidade; tecnologias de apoio; articulação com CRI e famílias.	Monitorizar semestralmente a eficácia das medidas de suporte e a participação dos alunos.	RTP/PEI/PIT; participação; satisfação; progressos; tempos de resposta.
2.2 Acolher e integrar alunos migrantes	Protocolo de acolhimento; diagnóstico linguístico; PLNM; integração progressiva; mediação linguística/cultural; tutoria por pares; comunicação acessível às famílias.	Plano de acolhimento aplicado a todos os alunos recém-chegados; resposta de PLNM/apoio linguístico aos alunos elegíveis.	N.º de recém-chegados; níveis de proficiência; frequência PLNM; evolução; participação das famílias.
2.3 Valorizar diversidade cultural e linguística	Projetos interculturais; cidadania; valorização de línguas e culturas; prevenção de discriminação.	Realizar anualmente iniciativas de âmbito intercultural envolvendo diferentes ciclos.	N.º de iniciativas; alunos/famílias envolvidos; questionários de pertença e clima.
2.4 Promover bem-estar e saúde	Promoção e Educação para a Saúde (PES); SPO; educação socioemocional; atividade física; prevenção; referenciação e intervenção articulada.	Reforçar ações preventivas e reduzir situações persistentes de mal-estar e conflito.	Atendimentos; referenciações; ações; absentismo; inquéritos de bem-estar.

Eixo 3 — Convivência, participação e continuidade dos percursos

Objetivo	Estratégias principais	Metas 2026–2029	Indicadores
3.1 Promover convivência positiva	Atualizar e operacionalizar o Plano de Convivência; prevenção; mediação; práticas restaurativas; intervenção precoce.	Reduzir ocorrências disciplinares graves e reincidência, tomando 2025/2026 como linha de base.	Ocorrências; procedimentos; suspensões; reincidência; perceção do clima. % de alunos com registos de comportamento negativo; % de ocorrências com resposta registada.
3.2 Reforçar participação dos alunos	Assembleias de delegados; auscultação; propostas para PAA; orçamento/ações participativas quando aplicável.	Todas as turmas com mecanismos regulares de participação; resposta às propostas exequíveis.	N.º de propostas; taxa de concretização; participação.
3.3 Prevenir absentismo e abandono	Monitorização precoce; articulação com famílias, CPCJ e parceiros; tutoria; respostas individualizadas.	Manter a taxa de abandono escolar em valores residuais (tendencialmente 0%) e	Absentismo; abandono; alunos sinalizados; respostas ativadas.

Objetivo	Estratégias principais	Metas 2026–2029	Indicadores
		intervir em 100% das situações de risco identificadas.	Faltas justificadas e injustificadas por ano de escolaridade; registos de falta de pontualidade; cumprimento dos PARA.
3.4 Apoiar transições e orientação	Orientação escolar e vocacional; articulação com escolas secundárias/profissionais; visitas e informação.	Abranger todos os alunos do 9.º ano com ações de orientação.	Participação; matrículas subsequentes; satisfação; encaminhamentos.

Eixo 4 — Organização, comunidade, recursos e sustentabilidade

Objetivo	Estratégias principais	Metas 2026–2029	Indicadores
4.1 Reforçar relação com famílias e comunidade	Comunicação clara; acolhimento; mediação; associações de pais; atividades abertas; parcerias.	Aumentar participação e reduzir barreiras linguísticas/culturais.	Participação; contactos; iniciativas; satisfação.
4.2 Adequar recursos e instalações ao crescimento	Monitorizar capacidade; fundamentar necessidades junto da tutela/Município, em articulação com a Carta Educativa; otimizar espaços; planear equipamentos.	Atualização anual do diagnóstico de capacidade, necessidades e prioridades de investimento.	Taxa de ocupação; turmas; necessidades reportadas; intervenções realizadas.
4.3 Promover transição digital responsável	Literacia digital; segurança; proteção de dados; capacitação; uso pedagógico crítico de tecnologias e IA.	Integração, em todos os anos de escolaridade, de práticas de cidadania e literacia digital adequadas à idade; Regulamento Interno adaptado ao regime legal de restrição da utilização de equipamentos de comunicação móvel, com ligação à Internet, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos.	Ações; projetos; incidentes; utilização de plataformas; formação.
4.4 Melhorar sustentabilidade e conforto	Eficiência energética; climatização; acústica; sombra; água; resíduos; biodiversidade; educação ambiental; planos de segurança.	Definir prioridades plurianuais de melhoria do conforto térmico e sustentabilidade dos edifícios.	Intervenções; consumos; projetos; ocorrências; satisfação.
4.5 Consolidar autoavaliação	Painel de indicadores; análise semestral; planos de melhoria; prestação de contas.	Relatório anual de monitorização do PE e avaliação intermédia.	Indicadores atualizados; ações de melhoria; grau de

Objetivo	Estratégias principais	Metas 2026–2029	Indicadores
			execução.
4.6 Valorizar e capacitar os profissionais	Plano de Formação alinhado com as prioridades do PE (avaliação, diferenciação, comportamento, PLNM, digital e IA); trabalho colaborativo e observação de aulas entre pares; reforço das lideranças intermédias; acolhimento e acompanhamento de novos docentes e não docentes.	Plano de Formação aprovado anualmente e alinhado com o PE; plano de acolhimento aplicado a 100% dos profissionais recém-chegados.	Ações e horas de formação; taxa de participação; satisfação dos profissionais; impacto nas práticas.
4.7 Promover a internacionalização	Participação no programa Erasmus+ (acreditação KA120, quando obtida), com foco na inteligência artificial na educação; mobilidades de docentes e alunos; eTwinning; disseminação interna das aprendizagens.	Mobilidades realizadas e disseminadas anualmente, de acordo com o Plano Erasmus aprovado.	N.º de mobilidades e participantes; ações de disseminação; impacto nas práticas.

7. Organização curricular e pedagógica

A organização curricular deve concretizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e os princípios de autonomia e flexibilidade curricular, garantindo coerência entre currículo, pedagogia e avaliação. Neste sentido, privilegiam-se:

- planeamento centrado nas aprendizagens essenciais e nas áreas de competência do Perfil dos Alunos;
- articulação curricular e interdisciplinaridade, evitando fragmentação e redundância;
- metodologias ativas, trabalho de projeto, experimentação, resolução de problemas e aprendizagem cooperativa;
- avaliação predominantemente formativa, com feedback de qualidade e diversificação de processos de recolha de informação;
- diferenciação pedagógica e desenho universal para a aprendizagem;
- utilização pedagógica, ética, segura e crítica das tecnologias digitais;
- valorização das artes, desporto, ciência, cultura, leitura e cidadania como dimensões do desenvolvimento integral.

As opções curriculares anuais relativas a matrizes, tempos, ofertas complementares, apoios, clubes e projetos devem ser definidas no Plano Curricular de Agrupamento e aprovadas pelos órgãos competentes, em coerência com este Projeto Educativo.

8. Inclusão, interculturalidade e Português Língua Não Materna

A dimensão da diversidade linguística e cultural exige que a integração deixe de ser tratada como resposta pontual e se afirme como política estruturante do Agrupamento. O domínio do português é simultaneamente condição de acesso ao currículo, instrumento de participação social e fator decisivo de integração.

8.1. Modelo de acolhimento

- receção inicial da criança/aluno e família e recolha de informação relevante sobre percurso escolar e linguístico;
- avaliação das competências linguísticas e identificação do nível de proficiência;
- definição de um plano inicial de integração e, quando adequado, mobilização de PLNM e de medidas de suporte;
- integração progressiva no currículo, sem perda de pertença ao grupo/turma;
- mediação linguística e cultural sempre que necessária;
- tutoria de acolhimento e apoio por pares;
- comunicação com famílias em formatos claros e, quando possível, linguisticamente acessíveis;
- monitorização periódica da evolução linguística, académica e social.

8.2. Educação inclusiva

A inclusão concretiza-se através da identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação, privilegiando respostas no contexto educativo comum. A EMAEI, o CAA, os docentes de Educação Especial, os docentes titulares e conselhos de turma, o SPO, os técnicos e parceiros atuam de forma articulada, com participação efetiva das famílias e dos próprios alunos.

A existência de alunos com necessidades complexas e de recursos especializados, incluindo a sala Snoezelen, constitui uma dimensão identitária do Agrupamento e deve continuar a ser valorizada através de respostas de qualidade, acessibilidade, autonomia, participação e transição para a vida pós-escolar quando aplicável.

9. Bem-estar, convivência e participação

O clima escolar é condição essencial da aprendizagem. O Agrupamento promoverá uma abordagem preventiva, educativa e restaurativa da convivência, articulando regras claras, responsabilização, apoio socioemocional e participação. Constituem linhas de ação neste domínio:

- promover o cumprimento das regras, dos Direitos e Deveres definidos no Regulamento Interno;
- prevenção do bullying, ciberbullying, discriminação, violência e comportamentos de risco;
- educação para a cidadania digital e utilização responsável de dispositivos e plataformas, no respeito pelo regime legal de restrição da utilização de equipamentos de comunicação móvel, com ligação à Internet, em contexto escolar;
- intervenção precoce perante absentismo, isolamento, conflito ou alterações significativas de comportamento;
- valorização da voz dos alunos e da participação das famílias;
- articulação com saúde, CPCJ, forças de segurança e parceiros especializados sempre que necessário, no respeito pelo princípio da subsidiariedade previsto na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

10. Comunidade, parcerias e território

O Agrupamento assume-se como organização aberta à comunidade. A complexidade das necessidades educativas atuais exige uma lógica de corresponsabilidade e rede, em particular com o Município de Leiria e o Conselho Municipal de Educação, juntas de freguesia, associações de pais, serviços de saúde, CERCILEI/CRI, CPCJ, instituições de ensino superior, bibliotecas, associações culturais e desportivas, forças de segurança, tecido empresarial e organizações sociais.

As parcerias devem ser avaliadas pelo seu impacto efetivo nas aprendizagens, inclusão, bem-estar, orientação, segurança, cultura, desporto, sustentabilidade e apoio às famílias.

11. Recursos, instalações, digitalização e sustentabilidade

O crescimento da população escolar tornou a gestão da capacidade e dos recursos uma prioridade estratégica. A escola-sede tem funcionado acima da sua capacidade estrutural, situação que condiciona a constituição de turmas, a disponibilidade de salas específicas e a qualidade dos espaços comuns. Neste domínio, o Agrupamento compromete-se a:

- monitorizar anualmente população, turmas, capacidade e ocupação dos espaços;
- fundamentar, junto das entidades competentes e em articulação com a Carta Educativa do Município de Leiria, necessidades de investimento, requalificação e ampliação;

- assegurar condições adequadas de segurança, acessibilidade, higiene, alimentação, recreio e prática desportiva;
- melhorar progressivamente conforto térmico, acústico e a resiliência dos edifícios face às alterações climáticas;
- renovar equipamentos digitais e garantir conectividade, segurança e proteção de dados;
- promover eficiência energética, redução de resíduos, uso responsável da água e valorização dos espaços verdes.

12. Monitorização, avaliação e revisão

O Projeto Educativo é um documento dinâmico. A sua avaliação deve permitir verificar o grau de concretização dos objetivos, identificar desvios, compreender causas e decidir ajustamentos.

Momento	Responsabilidade/participação	Produto
Início de cada ano letivo	Diretor, Conselho Pedagógico e estruturas	Atualização da linha de base e metas anuais.
Semestral	Estruturas pedagógicas, serviços e equipa de autoavaliação	Monitorização de indicadores prioritários.
Anual	Equipa de autoavaliação / Conselho Pedagógico; apreciação pelo Conselho Geral	Relatório anual de monitorização do PE, integrado no relatório de autoavaliação, e propostas de melhoria.
Intermédio (final de 2027/2028)	Órgãos de administração e gestão	Avaliação intermédia e eventual reajustamento de metas/estratégias.
Final do triénio	Conselho Geral, com contributos dos restantes órgãos e comunidade	Avaliação global e orientações para o ciclo seguinte.

12.1. Painel mínimo de indicadores

- população escolar total, por ciclo e estabelecimento;
- número e percentagem de alunos estrangeiros, países representados e alunos em PLNM por nível de proficiência;
- taxas de transição/aprovação e indicadores de qualidade do sucesso;
- resultados da avaliação externa (provas ModA dos 4.º e 6.º anos e provas finais do 9.º ano) e sua análise contextualizada;

- alunos com medidas seletivas/adicionais e eficácia das respostas;
- absentismo, abandono e continuidade de estudos;
- ocorrências disciplinares, medidas aplicadas e reincidência;
- acompanhamentos SPO, EMAEI, CRI e outras respostas;
- participação de alunos e famílias;
- execução de projetos e parcerias e respetivo impacto;
- capacidade/ocupação de instalações e necessidades de intervenção;
- faltas justificadas e injustificadas, registos de falta de pontualidade e cumprimento dos PARA;
- diferença entre classificação interna e externa, por disciplina;
- crianças da educação pré-escolar que atingem as competências previstas nas OCEPE;
- formação dos profissionais e mobilidades internacionais;
- indicadores de bem-estar, clima escolar e satisfação.

13. Conclusão

O Agrupamento entra no triénio 2026–2029 com uma realidade profundamente diferente daquela que enquadrou o Projeto Educativo anterior. O crescimento da população, a diversidade de nacionalidades e línguas, o reforço das necessidades de inclusão e a pressão sobre recursos exigem novas respostas, sem perda da identidade construída.

A estratégia proposta assenta, por isso, na continuidade do essencial e na atualização dos meios: elevar a qualidade das aprendizagens, garantir equidade, acolher a diversidade, promover bem-estar e convivência, reforçar a participação, trabalhar em rede e melhorar continuamente a organização.

VALORIZAR A ESCOLA • VALORIZAR AS PESSOAS • VALORIZAR-SE A SI MESMO

Proposta elaborada pelo Conselho Pedagógico em 15 de outubro de 2026 e submetida pelo Diretor ao Conselho Geral.

Aprovado pelo Conselho Geral em 19 de outubro de 2026.

O Presidente do Conselho Geral

Assinado por: **NELSON CÂNDIDO PEDROSA MARQUES CARDOSO**
Data: 2026.10.27 21:40:08+00'00'

Referenciais legais e estratégicos

Sem prejuízo de outros diplomas aplicáveis e das alterações legislativas supervenientes, a execução do presente Projeto Educativo tem como principais referenciais:

- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro — Lei de Bases do Sistema Educativo, na redação em vigor;
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação em vigor — Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;
- Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro — sistema de avaliação da educação e do ensino não superior (autoavaliação e avaliação externa);
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril — regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na redação em vigor;
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, na redação em vigor — regime da escolaridade obrigatória e universalidade da educação pré-escolar;
- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro — Estatuto do Aluno e Ética Escolar;
- Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho — Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar;
- Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho — Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação em vigor — regime jurídico da educação inclusiva;
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na redação em vigor — currículo dos ensinos básico e secundário e princípios orientadores da avaliação das aprendizagens;
- Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, na redação em vigor — regulamentação das ofertas do ensino básico abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2018;
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação em vigor — transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da educação;
- Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro — normas de apoio aos alunos cuja língua materna não é o Português;
- Decreto-Lei n.º 95/2025, de 14 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 176/2026, de 3 de setembro — restrição da utilização de equipamentos de comunicação móves, com ligação à Internet, e outros equipamentos móveis com acesso à Internet pelos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, em contexto escolar;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto — Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
- Despacho n.º 10637-A/2025, de 9 de setembro — Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento;

- Aprendizagens Essenciais das restantes disciplinas e Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola;
- Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no tratamento de dados pessoais;
- demais legislação anual de organização do ano letivo, avaliação, ação social escolar, segurança, saúde, proteção de crianças e jovens e administração pública aplicável.